



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 4/2010

-----**SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO – ANTONIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram vinte e uma horas quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos Srs. Helena Isabel Pires Seabra, Ana Rita Rodrigues, Maria Manuela dos Santos, António Mário Lemos Mendonça, Carlos Alberto Camelo, que foram substituídos pelos Srs. João Lourenço Correia, Carlos Alberto Souto Pedro, António Joaquim de Araújo Oliveira, Telma de Fátima Atalão Roma e Francisco Manuel Rosa, respectivamente.--

-----Pedi suspensão de mandato pelo período de 60 dias o Deputado Municipal, Sr. Armando Augusto Mendes, e foi substituído pela Sr.ª Helena Isabel Pires Seabra.-----

-----Pedi suspensão de mandato pelo período de 30 dias a Deputada Municipal, Sr.ª Isabel Maria Vaz Mesquita Costa, tendo sido substituída pela Sr.ª Maria Virgínia Gonçalves de Sousa.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Peredo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Sr.ª Deolinda da Conceição Ferreira Morais.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Espadanedo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. David da Silva Martins.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Prados, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. Alípio Augusto Marcos.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Talhas, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. José Joaquim Vermelho.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 74 Deputados Municipais e faltavam 3, sendo os ausentes: Manuel Augusto Vilarinho Pinto, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa e António Carlos Manso Gonçalo.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu, ainda, conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.-----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 30 de Abril de 2010, podê-lo-ia fazer.-----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, foi a acta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 72 votos a favor e 2 abstenções dos membros eleitos presentes.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – A sua intervenção vai no sentido de manifestar uma preocupação e uma congratulação. A preocupação tem a ver com o Centro Hospitalar e com a Unidade de Macedo de Cavaleiros, por lhe terem chegado notícias, que os doentes oncológicos acompanhados no Hospital de Dia, não estariam a ter o devido acompanhamento. Tanto quanto sabe, o médico do IPO que prestava consultas à Sexta-Feira cessou o contrato e os doentes que tinham consultas marcadas, receberam avisos no sentido de as desmarcar. No âmbito de uma cerimónia relativa ao Centro Hospitalar que decorreu em Bragança, teve a oportunidade de questionar o Sr. Presidente do Conselho de Administração sobre este facto, tendo garantido que está a tratar de substituir esse médico e dar continuidade a essas mesmas consultas. Fica aqui o registo da sua preocupação que durante este período que medeia entre o término da ligação do anterior e o médico oncologista que vier a continuar este serviço, há uma interrupção do serviço que é preocupante. Esperam que haja um novo médico a dar continuidade a este serviço, sobre o qual tiveram a oportunidade de numa Assembleia Municipal se congratularem, pelo facto de ter sido celebrado um protocolo entre o IPO e o Centro Hospitalar do Nordeste, no sentido de criar aqui uma Clínica Oncológica. Esperam também que tudo isso tenha prosseguimento, seja resolvido brevemente, para retirar aos doentes que padecem dessa patologia, muitas deslocações em condições bastante desfavoráveis, sobretudo ao Porto.-----

-----Continuou congratulando-se com a inauguração do novo Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros. Foi dito nesta Assembleia Municipal por diversas vezes que o Centro era pequeno e que não tinha as devidas condições. Teve a ocasião de estar presente no dia da inauguração, tendo feito uma visita exaustiva e ficou muito agradado com o que viu. É um Centro com todas as condições ao nível do mais moderno que há, permitindo que as 230 crianças do 1.º e 2.º ano do 1.º Ciclo tenham as melhores condições físicas e pedagógicas. Acha que é de realçar porque, hoje em dia, a aposta na Educação é absolutamente fulcral para o futuro de qualquer Concelho e o nosso em particular. As crianças devem ter as melhores condições possíveis para a sua formação.-----

-----Pensa também que é importante desmistificar uma pequena mentira que circulou por aí, que foi a de ouvir a Sr.ª Directora Regional Adjunta da DREN, que esteve presente na inauguração do Centro Escolar, falar em nome do Governo, ficando-se com a sensação que o Governo tinha financiado fortemente a obra. Não foi o caso, a obra foi financiada por Fundos Comunitários e uma boa parte financiada pelo esforço financeiro do Município. Portanto bem haja à Câmara, porque foi um investimento que valeu a pena, pois há muitos anos que não



havia um investimento de fundo na Educação em Macedo de Cavaleiros. Há muitos anos que não se construía nada nesta área, uma vez que a Escola Secundária já vai fazer 25 anos.-----

-----**JOAQUIM MANUEL FERREIRA SEABRA (PS)** – Chama à atenção para o facto de não haver limite de velocidade na Rua D. Abílio Vaz das Neves. Uma vez que não há passeios, nem iluminação, as crianças que se deslocam do Centro D. Abílio são obrigadas a contornar as árvores e ir para o meio da estrada o que é muito perigoso, pois os automóveis passam ali a uma velocidade absolutamente irrazoável.-----

-----Chamou também à atenção para outro aspecto que tem a ver com a mesma zona, ou seja com o Bairro da Alegria, onde existe um Café que até às 08.30 horas, serve de abrigo a 18 crianças que não têm lugar no resguardo da paragem de autocarro, que só tem capacidade para 7 ou 8, para além de não ter as mínimas condições de conforto. Frequentemente essas crianças, por boa vontade da proprietária do estabelecimento esperam lá dentro, mas têm de atravessar a estrada sempre que pensam que o autocarro está a chegar, o que faz com que permanentemente estejam expostas ao perigo.-----

-----Referiu ainda que a máquina que faz a recolha do lixo em Vale de Prados, curiosamente não o faz em Nogueirinha e Travanca, pretendendo assim saber porquê, pois já lhe foi dada uma explicação técnica que é absolutamente inaceitável.-----

-----Disse ainda que é usual a Câmara Municipal fazer intervenções na via pública, nomeadamente na protecção de roturas de água. A equipa responsável faz a reparação dessas roturas, mas o buraco fica eternamente aberto, até que alguém sofra um acidente ou até que a Junta de Freguesia se disponha a fazer a repavimentação. Note-se que isto acontece em todo o lado.-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ O Gabinete da CDU recebeu o apelo de alguns cidadãos deste Concelho, para que a Câmara Municipal faça uma reforma, ou seja, substitua algumas placas de sinalização que em nada ajudam a boa imagem do Concelho. Andamos sempre a dizer que o Turismo é importante, mas um turista que passe por algumas zonas deste Concelho, pensará que está na savana africana. Vou mostrar-vos algumas fotos que, provavelmente muitos conhecem, mas que ilustra bem o que acabamos de dizer. Fica, portanto, a recomendação à Câmara esperando que não caía em “saco roto”. Também a pedido de alguns residentes, e em representação da CDU, desloquei-me a Travanca onde verifiquei que um muro de vedação de uma residência, com aproximadamente 2,5m de altura por 15m de comprimento, fora reconstruído por este Executivo e que o muro da residência imediatamente a seguir, continua em completo estado de degradação. Agradecemos que o Exmo. Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse o que se passou para não dar continuidade ao muro seguinte. Outra questão relaciona-se com o enorme monte de entulho despejado junto à chamada “Casa da Ordenha” que, na sua maior parte, provém de uma casa que foi recentemente demolida aqui em Macedo. Gostaríamos de saber se já foi retirado e, em caso negativo, quando pretendem fazê-lo. Ainda em Travanca existe um Parque de Merendas que, em situação normal seria um agradável local de lazer, não só pela sua dimensão como também pela arborização que torna o local muito

fresco nos dias de Verão. Contudo, o que se nos deparou foi uma completa lixeira, não identificada nem delimitada, com garrafas, panos latas espalhadas por todo o lado e uma fonte de água de nascente muito mal tratada, quase coberta por ervas e até com dejectos humanos a circundá-la, como se de um ramalhete de flores se tratasse. Segundo alguns habitantes locais, aquele foi um local aprazível até há cerca de 8/10 meses; era limpo, pelo menos, uma vez por semana, coisa que nunca mais aconteceu. Agradecemos que nos explicassem porquê?!

-----Gostaríamos também de deixar um alerta para a estrada Macedo/Peredo, cuja sinalização é tão fraca que, com a proximidade do Inverno e a consequente chegada da época das chuvas, nevoeiros e geadas, se torna um perigo para os automobilistas. Também à entrada da aldeia de Peredo existe um desnivelamento profundo do lado direito da estrada no sentido Macedo/Peredo que, a quem não conhece, pode criar fortes danos nas viaturas. Propomos que a Câmara tome medidas urgentes sobre esta matéria.

----- Agradecemos também que nos informassem se volta a estar previsto o fornecimento de água do Azibo a Bragança. De facto, se já é fornecida a Mirandela e for, futuramente, fornecida também a Bragança, se estão garantidos os caudais mínimos para o lago, tendo em conta que este tem como uso a rega para a agricultura, o turismo e o lazer?

-----Perguntamos ainda se o Exmo. Sr. Presidente da Câmara teve alguma reunião com a Comissão de Estudo de Impacto Ambiental e, em caso afirmativo, se poderia esclarecer esta Assembleia qual o conteúdo dessa reunião.

-----Por último, e como é certamente do conhecimento de V.^a Ex.^a, existe uma enorme confusão na distribuição do correio nesta cidade. Gostaríamos que nos informasse se sabe ao que a mesma se deve.

-----Terminou deixando uma homenagem ao Centenário da República, que se está a aproximar e que se transcreve: “ A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros reúne muito próximo do dia 5 de Outubro, data que tem particular significado para Portugal. A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do povo português que importa assinalar. A Primeira República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com o apoio fundamental das camadas populares da cidade de Lisboa. O Povo e as suas estruturas foram a alavanca de sucesso da Revolução. Quando a mesma parecia condenada ao fracasso, com o suicídio de Cândido dos Reis, foi o Povo que, assumindo a bandeira da República, resistiu na Rotunda e de lá saiu vitorioso. Não podemos esquecer a componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por elementos do Exército e da Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças. Aliás, este amplo movimento contou com a acção de centenas de revolucionários civis, o que permitiu derrotar uma monarquia claudicante aos interesses de uma minoria e em clara desagregação, incapaz de dar resposta aos desafios do início do Século XX. Os contributos dos revolucionários civis nas principais cidades e vilas portuguesas, imbuídos da lembrança do acontecimento revolucionário republicano protagonizado no Porto a 31 de Janeiro de 1891,



contribuiu para a defesa e consolidação da República, sendo por isso mesmo um facto inegável da História de Portugal. Todos os que honraram o ideal republicano e por ele lutaram e morreram, bebendo as máximas da Revolução Francesa de 1789 “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, merecem o nosso respeito e memória. Na Constituição de 1911, foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres. A separação da Igreja do Estado foi concretizada. O registo Civil foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades foram enfrentados. Na educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe de professores. A proclamação da República Portuguesa foi sem dúvida o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do Século XX, apesar dos limites e das incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos que se verificou nos anos seguintes. Os ideais republicanos aprisionados durante a ditadura fascista (1926/1974) permaneceram vivos na memória do Povo Português como acto de libertação e a comemoração do 5 de Outubro transformou-se em jornada de luta, inserida na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril e que finalmente cumpriu objectivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pôde cumprir. O PCP e a CDU consideram da maior importância assinalar esta importante data da História do nosso País.”-----

-----**PAULO DUARTE DA SILVA DIAS (PSD)** – Referiu-se ao Azibo enquanto actividade económica de Verão, que no corrente ano atingiu um expoente que lhe parece ser o mais elevado de sempre, fruto de um conjunto de situações que vieram acontecendo, como por exemplo a atribuição da Bandeira Azul, a classificação obtida na defesa do consumidor, o trabalho feito também pelas escolas ao nível das bandeiras verdes e a própria bandeira verde que a Autarquia conquistou. Foi sempre com grande felicidade que viu a imensa mancha humana que enchia as praias do Azibo. Este ano, até lhe parece que também tiveram um avanço significativo dentro da cidade e isso verificou-se no aluguer de quartos e tanto quanto sabe as residenciais, tiveram boas cotas de utilização, tal como o turismo de habitação. Parece-lhe, portanto, que a iniciativa privada está a começar a mexer. No próprio Azibo verificou-se alguma actividade económica, muito embora se continue a dizer que as pessoas vão para o Azibo e não vêm Macedo. É claro que ainda há muito para fazer, o Azibo vale o que vale e em termos de turismo ainda têm muito para andar. Com o aproximar do Inverno vão aproveitar as actividades económicas ligadas à agricultura, à caça e também à pesca.-----

-----Fez uma pesquisa no Google e na Albufeira do Azibo têm 12.900 entradas, o que leva facilmente a concluir, que o Azibo é conhecido em todo o lado. O Azibo é uma marca, está ali para transmitir a todos que têm que apostar nesta marca e todos têm de dar o seu contributo, para que ela seja ainda melhor, para que dela haja qualidade e para que sirva de alguma forma de alavancagem e de arranque da economia local.-----

-----Lembrou também a agenda cultural de Verão, que lhe parece ter sido muito rica. Pensa que ainda há algum trabalho a fazer, não só com o Azibo, mas também com algumas actividades que têm acontecido, nomeadamente de divulgação e marketing. Teve a

oportunidade de assistir a algumas iniciativas privadas, algumas com a colaboração da Autarquia, para as quais pensa que não houve suficiente divulgação, e aqui têm de melhorar. Terminou dizendo que espera que o Inverno seja tão bom como o Verão em termos turísticos e económico.-----

-----**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Começou a sua intervenção apresentando o Voto de Felicitação e Louvor, que se transcreve: “ Nas eleições Autárquicas de 1997, o nosso concidadão Jaime Manuel Fernandes foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Murçós, tendo prometido ao povo que o elegeu que tudo iria fazer para construir um Lar para idosos na Freguesia. Meteu mãos à obra e nesse mandato, com o apoio do Município, adquiriu o terreno necessário para a instalação do equipamento, por cerca de 13.000 euros. Em 2001 foi reeleito Presidente de Junta, mandou elaborar o projecto e iniciou o processo de candidatura a programas comunitários e outros no âmbito da Segurança Social. Entretanto, em nome da Junta de Freguesia, fez a doação do terreno ao Centro Social e Paroquial de S. Lourenço de Murçós. Apesar dos esforços, não foi possível obter garantias concretas de financiamento para a obra, durante o mandato autárquico. Em 2005 voltou a ser reeleito e continuou a busca de apoios, desdobrou-se em contactos, abordou responsáveis governamentais e travou ao longo do tempo uma imensa batalha contra a burocracia tendo sido forçado a mandar rever o projecto por três vezes. Falharam tentativas de inclusão da obra em PIDAC, não foi possível o seu enquadramento no programa PARES. Em Outubro de 2009 o Presidente Jaime Fernandes perdeu as eleições. Mas o ex-Presidente Jaime Fernandes nunca perdeu a esperança, nem desistiu e sempre apoiado pelo Eng.º Luís Vaz, como Deputado ou como simples cidadão, conseguiu finalmente ver contemplado em PIDAC e assinado o respectivo contrato, o contributo do Estado para a construção do Lar de Idosos de Murçós, com uma verba de cerca de 700.000 euros. Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, hoje reunida em Sessão Ordinária, delibera: 1- Felicitar a Freguesia de Murçós por esta conquista. 2- Louvar o cidadão ex-Presidente da Junta de Murçós, Sr. Jaime Manuel Fernandes, pela sua força, tenacidade, convicção e trabalho realizado.”-----

-----Como já aqui foi referido, teve início o ano escolar no passado dia 13, tendo aberto o novo Centro Escolar que acolhe 270 crianças. Na Assembleia Municipal de Abril, foi questionado o Sr. Presidente da Câmara sobre a capacidade do Centro Escolar, tendo respondido que seriam cerca de 400 alunos, pois iria abranger conjuntamente com o outro Pólo existente em Macedo o ensino primário e o pré-primário. Neste momento só está a ser ocupado por alunos de 1º e de 2.º ano, e por isto pretende saber o porquê desta alteração.-----

-----Chamou ainda à atenção do seguinte: a Câmara Municipal executou a obra do Centro Escolar e entregou-a a quem de direito, ou seja ao Agrupamento para fazer a gestão do funcionamento desta estrutura. Compreendem que é um edifício novo e são experiências novas, também para as pessoas que estão na área. É compreensível que haja falhas que até se aceitam, embora haja outras que não, como por exemplo quando os encarregados de educação pedem o Regulamento de Funcionamento aos funcionários da recepção e estes respondem que não têm conhecimento, nem está afixado. Outras situações complicadas



acontecem, pois segundo lhe consta a cantina tornou-se num campo de batalha entre miúdos, isto devido ao escalonamento do pessoal não estar feito, de forma a garantir o cumprimento das regras do bom comportamento. Outra questão, é o tipo de tratamento que é dado às crianças e note-se que são crianças de 6 e 7 anos de idade. Há pais que dizem que neste momento as práticas são quase militaristas, pois encostam os miúdos à parede e vão sendo chamados um a um na hora da saída. Outra situação que também lhe parece grave é quando as crianças chegam ou deixam a escola, há pessoas na portaria que filtram a entrada e a saída e muito bem. No entanto tem conhecimento de alguns pais que se deslocaram à escola, para falar com a professora dos seus filhos, coincidindo no período do meio da manhã e do meio da tarde e entraram sem encontrarem ninguém na portaria, logo é necessário tomar as devidas precauções.-----

-----**ARTUR DO NASCIMENTO VASCO PARREIRA (PSD)** – Começou por agradecer à Câmara o facto de darem conhecimento aos Presidentes de Junta das obras feitas nas aldeias, embora isso aconteça depois de cometidos os erros.-----

-----Chamou à atenção do Sr. Presidente da Câmara para o facto de a estrada das Arcas ser provavelmente a maior do concelho, pois tem 6 freguesias e 12 aldeias que circulam nela e as estradas estão num estado miserável, cheias de buracos.-----

-----Aproveitou ainda para dizer que a máquina da Câmara, esteja ela onde estiver, dois dias antes da festa de Ferreira, vai sempre limpar os caminhos, dessa Freguesia.-----

-----Apelou ainda para que a Câmara entregue o troço das estradas das aldeias às respectivas Juntas de Freguesia, pois aquilo que ganham os dois operadores que andam com o tractor e o desgaste deste se lhe entregassem este serviço, em vez de uma limpeza por ano, garante que poderiam ser feitas mais de 12. Falam nas reformas na Assembleia da República e muito bem, mas estas reformas deviam ser feitas a nível de pessoal, pois 60 ou 70% dessas pessoas não justificam aquilo que ganham.-----

-----Terminou dizendo que a Câmara, a partir de meados do mês de Junho, devia trazer todas as aldeias a viver para Macedo.-----

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Fez referência às festas de Verão que se fazem na Cidade de Macedo, pois não sendo a Câmara responsável por todas, no mínimo apoia-as e tanto quanto sabe as freguesias do concelho nunca tiveram qualquer apoio, para organização das suas festas populares. De qualquer forma durante o mês de Agosto na Cidade é festa todos os fins-de-semana e parecendo que não, isto retira as pessoas das aldeias. O turismo tem de ser também dinamizado nas aldeias e não só na sede do Concelho, pois só falta disponibilizarem autocarros para trazerem as pessoas das aldeias.-----

-----Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual é o prazo médio para aprovação das licenças de construção, porque segundo lhe consta a Câmara não tem muitas licenças.-----

-----Por último sugeriu que quando alguém entregasse uma licença de obras fosse feito um cartão, agradecendo à pessoa por ter investido em Macedo. É uma coisa singela, mas ficava bonito.-----

-----**HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Aproveitou para lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que a freguesia de Amendoeira também pertence à Cidade e uma vez que a varredora vai a Vale de Prados gostaria que fosse também a Latães, Gradissimo, Pinhovelo e Amendoeira.-----

-----Congratulou-se pelo bom andamento das obras da A4 e do Nó de ligação à Zona Industrial, deixando por este facto em nome da Junta de Freguesia um voto de agradecimento à Empresa da Empreitada das Obras. Agradece o bom entendimento que tem existido entre todos, Empresa e o respectivos Técnicos, no que diz respeito a acessos e a caminhos, que não estavam previstos no projecto do lote 7, mas que estão a ser construídos.-----

-----Disse também que neste momento o Nó de Valmeão já está electrificado, falam na electrificação desde a ponte até ao referido Nó, pretende que o Sr. Presidente da Câmara o informe, daquilo que entender conveniente.-----

-----**MANUEL LUÍS GOMES VAZ (PS)** - Começou a sua intervenção dizendo que ao ouvir as palavras do Deputado Municipal, Sr. José Madalena, se sentiu atingido, sentindo também atingida a sua inteligência e a sua capacidade de percepção. Mas por isso não faria nenhuma intervenção, mas a verdade é que extravasou, pois foi aqui posta em causa a inteligência e a capacidade de interpretação, de toda a gente nesta sala. Importa dizer que se existe um Centro Escolar em Macedo, como existe em outros pontos do País, se deve a uma política que foi implementada pelo Governo da Nação. O financiamento destas obras é enquadrado no QREN que obviamente foi definido e delineado pelo Governo. É evidente que esse mesmo Governo que implementou esta política educativa para o País, que muita gente, incluindo o PSD contestou já a aplaudiram. Esse mesmo Governo reuniu e debateu com a Associação Nacional de Municípios, chegaram a acordo e incluiu o financiamento destas obras no QREN. Deixa então este esclarecimento e reparo, ao insulto, à capacidade de interpretação e à sua inteligência.-----

-----Na última Assembleia Municipal assistiu a uma intervenção proferida por uma sua amiga de há muitos anos representante da CDU, que muito o chocou.-----

-----Ao longo destes vai para 9 anos de gestão municipal do PSD, assistiram todos com grande mágoa a um definhar do nosso concelho, vendo uma cidade que se foi tornando moribunda. O investimento parou, o comércio parou e as pessoas debandaram. Era bom que alguém fizesse as contas à quantidade de pessoas, que nestes últimos 8 anos abandonaram a Cidade e o Concelho de Macedo de Cavaleiros.-----

-----O património desvalorizou brutalmente, pois hoje ninguém compra e muitos pensarão que o problema não se põe só em Macedo, pois estamos numa crise profunda a nível Nacional, consequência de uma grave crise Internacional. Mas isto não acontece em Macedo há apenas 2 anos, acontece sim há 8 anos a esta parte.-----

-----Sobre a intervenção proferida relativamente ao Azibo, gostou e concorda. Todos devem apostar naquilo que outros apostaram há muitos anos atrás, embora na altura com críticas de muita gente, pois estava ali um potencial que era preciso preservar e melhorar e onde era preciso investir. De facto investiram e a Câmara Municipal tem tratado bem aquela área de



Lazer, porque no que diz respeito à área de protecção ambiental e da escola ambiental, que pretendia ser o Parque Natureza do Azibo, há muitas críticas a fazer. No entanto verificaram que havia outros investimentos de grande monta para serem implementados, nomeadamente mais um, lançado pelo Governo, em que a Câmara Municipal tinha que ter a sua quota parte, que era importante, porque sem a quota parte da Câmara Municipal cumprida não será realizado. Estava a referir-se ao Campo de Golfe no Azibo e isto seria então a paulada final, para que o Azibo se tornasse uma realidade no Turismo a nível Regional.-----

-----É com tristeza que vêem o abandono, a que estão votadas as ruas, praças e jardins da Cidade e é com tristeza também que vê, que apesar de o Regulamento de Publicidade que impedia a colagem de cartazes na Cidade e Concelho, que foi eficaz durante 8 anos, já não o está a ser agora, pois já se vêem novamente cartazes colados por aí fora. Verifica também que há alguma displicência na limpeza da Cidade, pois para quem vem de fora, não há cenário pior do que o lixo espalhado pela Cidade, tal como ver os passeios cheios de erva a proliferar por entre as pedras da calçada. Por um lado, é um sinal de displicência e abandono e por outro lado, um sinal de que não há gente a circular nesses passeios.-----

-----Há alguns anos houve gente que se algemou e acorrentou a grades, por que havia um lodão-bastardo na cerca de uma escola, que ia desaparecer, quando há milhares no concelho. Agora não vê essa gente a protestar, que na Via Sul, foram arrancadas todas as árvores e não foi uma única plantada. Na Avenida da Estação foi alterado o projecto e o canteiro central que era para ser ajardinado e arborizado, está com pedrinhas e tem lá uns vasos. Fizeram também para aí umas podas loucas e não sabe quem é o responsável, vê arbustos a quererem transformá-los em árvores e árvores de porte directo a querer transformá-las em manjericos. Terminou aconselhando vivamente o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo para tomar mão nisto.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para responder às questões que lhe foram colocadas.-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Macedo, Sr. Joaquim Seabra, sobre a questão da limpeza com a varredora em Vale de Prados, tanto quanto sabe, isso só aconteceu uma única vez, na altura da festa da aldeia.-----

-----Quanto à preocupação do Deputado Municipal, Sr. José Madalena, relativamente aos Serviços de Oncologia, disse que essa preocupação é comum e que vão acompanhar de perto a evolução da situação.-----

-----A Deputada Municipal da CDU, Sr.^a Idália Mateus, referiu a questão do possível abastecimento de água a Bragança a partir da Barragem do Azibo e informou que neste momento o que está a ser feito, é a avaliação ambiental de Veiguinhas e o abastecimento de água a partir daí. No âmbito deste estudo, são consideradas outras hipóteses e mais uma vez é colocada a hipótese do abastecimento a partir do Azibo. Da parte da Câmara não houve nenhuma reunião formal com a Comissão, houve a transmissão e entrega de informação e houve também a indicação por parte do Município, de entidades e pessoas a contactar e um

reunir de argumentos, contra a solução de abastecimento de água a Bragança, a partir do Azibo.-----

-----Relativamente às placas de sinalização das aldeias como as de Espadanedo e Valongo porque já são novas não as terá visto, mas as que a Srª. Deputada referiu, também já foram substituídas.-----

-----No que diz respeito à distribuição do correio na Cidade, chegou-lhe essa preocupação através de muita gente. Já escreveu uma carta à Administração dos CTT a manifestar essa preocupação, a dar conhecimento da situação e a pedir a resolução do problema, que estava a causar prejuízos, a muitos cidadãos e empresas. Verificou-se um disparar da correspondência devolvida, mesmo na Câmara Municipal.-----

-----Quanto aos entulhos junto à sala de ordenha, aos muros e ao facto do Parque das Espadanas estar sujo, julga que quem melhor lhe poderá responder, será o Sr. Presidente da Junta de Travanca, Sr. Joaquim Seabra, pois todas elas serão da responsabilidade da Junta de Freguesia, inclusivamente o entulho.-----

-----A intervenção do Deputado Municipal, Sr. Manuel Carvalho, relativamente à discrepância, entre a capacidade do novo Centro Escolar e os alunos que hoje estão lá, não há discrepância nenhuma, pois uma coisa é a capacidade e outra coisa são os que estão lá. O modelo de funcionamento e as decisões são tomadas pelas Instituições e Organismos competentes. No corrente ano ficou decidido que iria para o novo Centro Escolar o 1.º e 2.º anos do 1.º Ciclo, mantendo o pré-escolar a funcionar nas anteriores instalações.-----

-----Quanto às outras questões que colocou, e uma vez que o Sr. Presidente do Agrupamento de Escolas está presente nesta Assembleia Municipal, talvez seja mais adequado que seja ele a responder a essas questões.-----

-----Ao Sr. Presidente da Junta das Arcas, Sr. Artur Parreira, disse que as questões de manutenção das estradas, é obviamente uma preocupação da Câmara.-----

-----Relativamente à questão do Sr. Presidente da Junta de V.º de Agrochão, Sr. Manuel Mico, no que diz respeito à realização das festas de Verão na Cidade, perguntou se acha que se estas não fossem feitas, se seria mais positivo para o Concelho, ou se não estaria para aqui a dizer que a Câmara não estava a aproveitar o potencial que temos, a não dinamizar e a não trazer gente ao Concelho. A posição da Câmara é que a Cidade deve ter animação e não só no Verão, pois procuram ter um programa para todo o ano. Pensa que não é por isso que as festas e romarias das aldeias, deixam de se fazer com o mesmo sucesso.-----

-----Quanto às licenças de construção, informou que os prazos médios das licenças dos processos depende se os processos estão ou não devidamente instruídos. Os processos que não estão devidamente instruídos, mas que os técnicos do projecto entendiam que não era como os técnicos da Câmara, diziam para instruir o processo, não o complementando, logo havia atrasos. A partir do momento em que o processo está completo, os prazos na Câmara de Macedo são menos de 30 dias. O que se verifica, é que há muitos processos que não estão completos e depois o ónus, cai sobre os serviços que fazem a apreciação porque o processo entrou há algum tempo e não está aprovado. Isso só acontece, porque não estão em



condições para a sua aprovação sendo este o caso de uma obra em Vilarinho de Agrochão. Muitas vezes o que passa é que demora muito, mas isso só acontece porque os processos não estão devidamente instruídos.-----

-----O Presidente da Junta de Amendoeira, Sr. Humberto Trovisco, fez referência à iluminação desde a ponte até ao Nó de Valmeão, e sobre isto informou que esse projecto foi apresentado pela Câmara, à Estradas de Portugal, mas a Estradas de Portugal não aceitou a inclusão.-----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, Sr. Luís Vaz, sobre o financiamento do Centro Escolar, disse que complementou e bem a intervenção do Deputado, Sr. José Madalena esclarecendo que de facto o Governo não pôs nem um cêntimo nos Centros Escolares. Definiu as políticas e as Câmaras foram a financiamento comunitário concretizar os Centros Escolares. As considerações que fez sobre a gestão municipal e a evolução, abstém-se de as comentar. Relativamente aos jardins, manutenção dos espaços e das questões técnicas, informou que quem as faz é um colega da área, podendo muito bem discuti-las os dois.-----

-----Numa apreciação global, disse que tem recebido considerações muito positivas acerca da Cidade, estando algumas escritas em actas dos Municípios vizinhos.-----

-----No que diz respeito à questão do Campo de Golfe do Azibo, disse ao Deputado Municipal, Sr. Luís Vaz, que agradece, se conseguir ajudar a desbloquear junto do ICNB, os atrasos e os bloqueios que estão no processo e verá que esses atrasos são da Administração. Já foi colocada a questão à Sr.ª Ministra, já tiveram reuniões com o Presidente do ICN, com o Director das Áreas Protegidas do Norte e estão permanentemente com este processo. O que se passa com o Campo de Golfe, é que o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida está em revisão há 8 ou 9 anos. Continua a ser proposto com normas e delimitações inaceitáveis, continuam a tentar chegar a um ponto de acordo, mas com o Plano actual não é possível. No entanto a Câmara continua a dar os passos necessários para esta concretização.-----

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**PAULO DUARTE DA SILVA DIAS (PSD)** – Esclareceu que no dia anterior à abertura do Centro Escolar, teve a oportunidade de reunir com os pais que quiseram estar presentes. Foi-lhes explicado o funcionamento do Centro Escolar, nomeadamente como iria fazer as entradas as saídas, o funcionamento do refeitório, do prolongamento, como estava a pensar organizar o Centro Escolar na primeira semana, sendo que no final podia naturalmente proceder a ajustes. Durante a referida reunião, ouviu algumas opiniões dos pais que anotou e adaptou sempre que foi necessário e não teve naquele momento qualquer indicação, (ao contrário do que terá acontecido de acordo com o que disse o Deputado Municipal, Sr. Manuel Carvalho), que algumas das indicações que deu, estariam erradas. Disse ainda, que na reunião que teve com os professores e funcionários, avisou toda a gente, que cada vez que um pai deixava um filho à porta da Escola, nos estaria a entregar o seu maior tesouro, e é assim que o Agrupamento vê os filhos do Concelho.-----

-----Informou, também, que já foi Presidente de três Comissões Instaladoras e neste aspecto pensa que o Sr. Deputado, Manuel Carvalho, está mal informado. Quando um estabelecimento/organização arranca, há um período de instalação e o Regulamento que referiu, pode levar um ano até ser aprovado, pois a Administração dá-lhes tempo para pausadamente, paulatinamente, ouvindo todos os parceiros, fazerem o Regulamento. Parece-lhe também que o Sr. Deputado, está a fazer alguma confusão entre o militarismo que referiu e a confusão no refeitório. Sobre o refeitório, informou que os alunos são servidos à mesa por 10 funcionários que a Autarquia disponibilizou e que acredita que nalgum momento, possa haver algum constrangimento, pois não sabe se faz ideia do que é dar de comer a 230 alunos, quando muitos em casa, nunca ninguém lhes disse como se pega na faca e no garfo e muitos deles, só comem uma refeição quente na escola. Telegraficamente a inspecção que a Direcção Regional fez ao Centro Escolar, determinou 3 ou 4 pontos que já estavam a ser colmatados, mas que referiram que tinham que ser corrigidos.-----

-----Terminou dizendo que preza muito o facto de o Agrupamento de Macedo ser considerado um Agrupamento Modelo a nível Nacional e isto foi-lhe dito pelo Sr. Primeiro Ministro, quando visitou a escola de Macedo e pela anterior Ministra da Educação, Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues. Para comprovar disse que este mês receberam 10, das 14 bandeiras verdes do Distrito de Bragança e dos 65 alunos que se candidataram ao ensino superior, 7 entraram em medicina.-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – A sua intervenção vem no seguimento de duas, que foram feitas relativamente ao Azibo e que têm a ver com duas situações, que considera que não correspondem à realidade. O Azibo teve de facto muita gente este ano, como teve em anos anteriores, pois tem havido alguns investimentos por parte do Município que são visíveis, para quem o visita. De qualquer forma compete-lhe dizer, que a actividade económica e a dinâmica de desenvolvimento de Macedo nunca será feito, se o Azibo continuar como está, e isso só será possível se a Câmara Municipal conseguir fazer algumas infra-estruturas que ainda não estão feitas e se conseguir alterar significativamente a forma de chegar ao Azibo, fazendo com que as pessoas sejam obrigadas a passar em Macedo.-----

-----**MANUEL LUÍS GOMES VAZ (PS)** – A intervenção do Sr. Presidente da Câmara motivou esta sua intervenção e sem querer entrar num jogo de pingue-pongue, pretendeu referir duas ou três coisas, que considera de grande importância e de extrema responsabilidade, para quem dirige os destinos do Concelho. No seu último mandato na Câmara Municipal, tinham chegado à conclusão que havia uma série de coisas que era necessário resolver, no que diz respeito aos documentos de Ordenamento do Território em Macedo, a começar pelo PDM que era necessário e carecia urgentemente de revisão e iniciou-se o processo em 1999. Na altura, era previsível que o processo de revisão demorasse dois anos. Decorreu normalmente durante um ano e entretanto o PS perdeu as eleições tendo-as ganho o PSD. Passaram-se já 10 anos e pensa que continuam sem rever o PDM.-----

-----Quanto ao Azibo, disse que este tinha um Plano de Ordenamento da Albufeira, que era extremamente rígido, rigoroso e impeditivo da realização de uma série de coisas, quando



pensaram em transformar o Azibo num Pólo de Desenvolvimento, quer ao nível da protecção ambiental, quer ao nível do lazer. Era óbvio que era necessário alterar o Plano de Ordenamento, e iniciou-se o processo. Estiveram em Macedo, no seu último ano de mandato, 3 técnicos do ICN e deixaram um ante-projecto de Plano de Ordenamento da Área Protegida. Todo o trabalho desses 3 técnicos, foi realizado em colaboração com a Câmara, com várias reuniões e crê que aquele documento dava condições de protecção da Albufeira e de desenvolvimento, mas entretanto mais uma vez passaram 10 anos.-----

-----Vem agora o Sr. Presidente da Câmara dizer que não consegue desbloquear a implantação do Campo de Golfe, pois é evidente que com o Plano de Ordenamento existente, ninguém vai dar parecer favorável. Tinha de ter havido o trabalho anteriormente pois ao fim de 10 anos é tempo mais que suficiente para terem um Plano de Ordenamento da Área Protegida do Azibo. A Câmara tem uma quota parte de culpa nesta questão.-----

-----Por último, disse que a questão que referiu sobre os jardins e as questões técnicas, é evidente que não quis referir as técnicas, pois só as referiu no âmbito da intervenção política, reafirmou que os jardins de Macedo estão mal e estão a fazer grandes barbaridades, como é por exemplo, o caso da Praça das Eiras que um dia já foi um jardim e hoje parece uma mata.---

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Relativamente à questão do Centro Escolar, disse ao Deputado Municipal, Sr. Luís Vaz, que na sua primeira intervenção ia destacar o esforço financeiro feito pela Autarquia, no sentido de levar a bom porto esta obra e que o dinheiro tinha sido bem empregue. A verdade é só uma, o que não foi participado por Fundos Comunitários, foi com dinheiro da Câmara, devidamente contratualizado.-----

-----Na sequência da intervenção da Deputada Municipal, Sr.^a Idália Mateus disse que há uns anos atrás, a Assembleia Municipal reuniu nas instalações do Museu Rural de Salselas, onde contestaram veementemente a hipótese, da Barragem do Azibo fornecer água a Bragança. Consideram uma prática anti-ambiental e anti-económica quando efectivamente havia uma hipótese muito mais viável e sustentável a longo prazo, que seria a construção da Barragem de Veiguiñas. Não percebe como é que depois de tantos anos volvidos e depois de haver um consenso tão alargado junto dos Autarcas do Distrito e de todos os parceiros envolvidos, que venham levantar ou reconsiderar esta hipótese. Espera que se construa a Barragem das Veiguiñas, pois é uma necessidade para a Região de Bragança. A solução não passa por vir buscar água a Macedo e espera que os técnicos percebam isso de uma vez por todas, caso contrário a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros vai ter de tomar uma posição muito firme.-----

-----Tem sido uma preocupação constante da bancada do PSD e da Câmara Municipal a questão dos espaços verdes e da arborização da cidade. De facto sentimos que há carência em termos de espaços verdes, mas Macedo irá ter esses espaços verdes que todos desejamos.-----

-----**JOAQUIM MANUEL FERREIRA SEABRA (PS)** – Com todo o respeito, estima e consideração pessoal, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara o seu momento de lucidez e

criatividade, pois não está de facto fora de questão, a Sede da Junta de Freguesia de Macedo passar para Travanca.-----

-----Da Intervenção da Deputada Municipal, Sr.^a Idália Mateus e ao que apelidou de entulho, ele é um acérrimo discípulo de Lavousier, que dizia “que nada se perde e nada se cria, tudo se transforma”. Em boa verdade, o Sr. Presidente da Câmara não tem responsabilidade nenhuma relativamente ao que foi chamado de entulho, mas efectivamente não é de entulho que se trata, mas sim de pedras de uma casa que foi demolida e que pertencia à família do Sr. João Barrigão. Ele pediu ao empreiteiro que fez a demolição, que colocasse a pedra em Travanca num espaço público, para ser aproveitada na requalificação do caminho chamado Lagar Velho que liga o Bairro do Lacoieiro a Pinhovelo. Já tiveram no local a presença do Sr. Director de Estradas de Portugal e também o Sr. Eng.^o Filipe Preto da Empresa ASCENDI, concessionária do IP2, porque a Junta de Freguesia pretende que seja construída uma ligação aérea precisamente neste local.-----

-----**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Na sua intervenção a única coisa que pedia, era que a Câmara Municipal tentasse junto do Agrupamento, verificar as situações que relatou e tentar melhorá-las. Não quis de forma alguma criticar, nem o Agrupamento nem aquilo que está a ser feito. Quando na sua intervenção, o Deputado Municipal, Sr. Paulo Dias, disse que queria o contributo dos pais para as regras de funcionamento do Centro Escolar, era necessário ter tido em atenção a antecedência com que foi feita a convocatória aos pais e a hora a que ia ser feita, pois a essa hora, não poderia esperar a presença de muitos pais nessa reunião.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que relativamente à intervenção do Deputado Municipal, Sr. Luís Vaz, disse que os 9 anos que diz estar ausente do Município, não o justifica, pois são lapsos a mais para ser puro esquecimento. Relativamente ao PDM, está equivocado quando refere o ano de 1999, pois a primeira reunião foi em 2001 e provavelmente saberá do desenvolvimento do processo, das alterações legislativas e o que tem sido a batalha contra os organismos da Administração e as alterações que têm dificultado a revisão do Plano Director Municipal.-----

-----No que diz respeito ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo de já ter sido iniciado o processo de revisão ainda no mandato do Eng.^o Luís Vaz e que já havia reuniões com o Instituto da Água e com o ICNB, informou que o processo de revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo compete ao Instituto da Água e não ao ICNB.-----

-----Neste momento **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** abriu as inscrições para quem pretendesse usar da palavra relativamente à proposta de felicitação e louvor apresentada pelo Deputado Municipal, Sr. Manuel Carvalho, que novamente se transcreve: “*Nas eleições Autárquicas de 1997, o nosso concidadão Jaime Manuel Fernandes foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Murçós, tendo prometido ao povo que o elegeu que tudo iria fazer para construir um Lar para idosos na Freguesia. Meteu mãos à obra e nesse mandato, com o apoio do Município, adquiriu o terreno necessário para a instalação do equipamento, por cerca de 13.000 euros. Em 2001 foi reeleito Presidente de Junta, mandou*



elaborar o projecto e iniciou o processo de candidatura a programas comunitários e outros no âmbito da Segurança Social. Entretanto, em nome da Junta de Freguesia, fez a doação do terreno ao Centro Social e Paroquial de S. Lourenço de Murçós. Apesar dos esforços, não foi possível obter garantias concretas de financiamento para a obra, durante o mandato autárquico. Em 2005 voltou a ser reeleito e continuou a busca de apoios, desdobrou-se em contactos, abordou responsáveis governamentais e travou ao longo do tempo uma imensa batalha contra a burocracia tendo sido forçado a mandar rever o projecto por três vezes. Falharam tentativas de inclusão da obra em PIDAC, não foi possível o seu enquadramento no programa PARES. Em Outubro de 2009 o Presidente Jaime Fernandes perdeu as eleições. Mas o ex-Presidente Jaime Fernandes nunca perdeu a esperança, nem desistiu e sempre apoiado pelo Eng.º Luís Vaz, como Deputado ou como simples cidadão, conseguiu finalmente ver contemplado em PIDAC e assinado o respectivo contrato, o contributo do Estado para a construção do Lar de Idosos de Murçós, com uma verba de cerca 700.000 euros. Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, hoje reunida em Sessão Ordinária, delibera: 1- Felicitar a Freguesia de Murçós por esta conquista. 2- Louvar o cidadão ex-Presidente da Junta de Murçós, Sr. Jaime Manuel Fernandes, pela sua força, tenacidade, convicção e trabalho realizado.”-----

-----Ninguém pretendeu usar da palavra tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal posto de imediato o voto de felicitação e louvor à votação tendo sido reprovado com 45 votos contra, 19 votos a favor e 10 abstenções.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----PONTO 2.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO-----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

-----ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPÍRITO SANTO (PS) – Disse ao Sr. Presidente da Câmara que não é propriamente um adepto da informação escrita, mas hoje vai aproveitá-la para tecer dois comentários e simultaneamente dois desejos.-----

-----Não vê na informação escrita nada com que se possa congratular de trabalho feito pelo Executivo, relativamente a qualquer coisa que mostre uma ideia, um projecto que o actual Executivo tivesse e que pudesse inclusivamente ser aproveitado para “seduzir” quem de direito no reordenamento de todo o Parque da Albufeira. Aquilo que teme, enquanto Macedense, é que mais uma vez algo vá ser decidido em termos de reordenamento do Parque e não vão incluir aquilo que desejam incluir. Teme que o actual Executivo não tenha uma ideia concreta do que quer e onde quer, em todo o perímetro da Barragem do Azibo. É claro que se não a tiver, o tempo vai passando, não se discutem as coisas e vão ficar mais uns anos a queixar-se que este Ordenamento, mais uma vez não serve os nossos interesses, nem o desenvolvimento do Concelho.-----

-----Outra das coisas que gostava de ver na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, era qualquer coisa que traduzisse uma reunião com o Instituto Piaget, relativamente ao futuro da Instituição em Macedo de Cavaleiros. O Sr. Presidente sabe muito bem, pois já levantou esta questão mais do que uma vez e na sequência de uma dessas suas intervenções, até apareceu uma carta da parte do Instituto Jean Piaget, a garantir que estavam empenhados em continuar o seu trabalho na Instituição de Macedo. Mas a sua convicção pessoal diz que o Instituto Jean Piaget está a definhar continuamente pois é o que vem acontecendo ao longo dos anos. Dificilmente se fará um investimento relevante, em termos de desenvolvimento económico e/ou educativo para o Concelho. Pensa inclusive que relativamente ao Instituto Jean Piaget, das duas uma, ou mantêm o “fantasma” (e este para os pequeninos e também para os grandes, afugentam os seres vivos) e havendo um “fantasma”, pensa que dificilmente alguma Instituição, quererá investir no Ensino Superior em Macedo; ou em alternativa mais uma vez definem o que querem. Vejam se os prazos de concessão daquele espaço estão ou não a terminar, ou ainda se o Piaget tem um projecto credível de desenvolvimento do Ensino Superior em Macedo, que não somente pressuponha os cursos de pós graduação. As pessoas vêm e vão embora, que não sendo obviamente uma menos valia, não é claramente o que Macedo necessita. Se o Piaget quer continuar a investir em Macedo, pergunta porque não licencia ou pede o licenciamento de cursos que são uma mais valia para a região do interior? Disse que há vários e citou alguns como por exemplo a Arquitectura, a Medicina Dentária e a Psicologia, que são cursos apetecíveis e que os jovens não têm grande facilidade de os tirar em nenhuma Universidade do País. Não entende porque razão o Piaget não investe, se tem vontade de o fazer. Ou então acabem com o contrato do Piaget e seduzam uma instituição do Ensino Superior para investir em Macedo, porque ainda há espaço para investir no Ensino Superior num projecto credível de 10 a 15 ou 20 anos.-----

-----Gostaria também de ver na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e em consequência discutir aqui o tipo de trabalhos que estão a ser feitos no IP4 quem vai de Macedo para Bragança, e que fim vai ser dado ao parque de estacionamento, bem no centro da cidade sobre o qual já aqui pediu alguns esclarecimentos, quiçá perturbando uma zona fulcral de reordenamento e reorganização urbana em Macedo.-----

-----E para terminar, tendo em conta algumas das intervenções proferidas hoje na Assembleia Municipal das quais gostou, tendo uma delas, no seu ponto de vista, marcado um ponto de viragem da forma como a bancada do PSD se vem comportando ao longo dos últimos anos, traduzindo uma avaliação crítica segura, nomeadamente na voz do Sr. Presidente da Junta das Arcas, entre outras na mesma linha que gostaria que fossem um pouco mais autocríticas, como foi, por exemplo, a do Deputado Municipal, Sr. Paulo Dias. Deixa uma sugestão ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e outra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

-----À Câmara Municipal que julga não ter capacidade criativa e este seu comentário não é novo, mas sim redundante. A Câmara tem um Conselho Consultivo que pode formar e convocar, reunindo assim massa crítica para lhe gerarem ideias e projectos.-----



-----Ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal desafia para convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária, tendo em vista a discussão pela positiva das perspectivas de desenvolvimento do concelho, por exemplo Barragem do Azibo, Ensino Superior e Zona Industrial. À partida a Câmara terá de traduzir aquilo que ainda espera realizar e quais são as ideias e os projectos que tem para os próximos anos e a toda a oposição aquilo que esperam e que desejariam que fosse feito nos próximos anos no concelho de Macedo de Cavaleiros, tudo isto com o intuito de reunirem massa crítica para retirarem o concelho do marasmo em que está.-----

-----Terminou dizendo que no autismo em que vai verificando que a grande maioria se situa, “eu é que sei, os outros não sabem nada”, a crítica nunca é bem recebida, a crítica nunca é pró-activa, nunca se dá origem a uma nova atitude na sequência das críticas e aí uma crítica ao Sr. Presidente da Câmara porque lhe cabe em última instancia mudar a atitude do paradigma na definição das linhas que conduzem a política do concelho de Macedo de Cavaleiros.-----

-----**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Relativamente às obras em fase de conclusão, mais concretamente à conclusão do Parque de Estacionamento do Centro Escolar referiu que tem sido constatada por vários pais uma situação que é a do parque fechado, em que a entrada também serve de saída do parque e o que tem acontecido é que como a rua só tem um sentido, tem-se gerado um congestionamento de autocarros e das viaturas que entram e saem do Parque e no seu entender a sua resolução é fácil.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse que a sua informação escrita não é o documento para colocar o relato nem sequer a elencagem das reuniões e muito menos o conteúdo das mesmas.-----

-----Disse também que as conversas da Câmara com o Instituto Jean Piaget não são na linha daquilo que o Deputado, Sr. Acácio Espírito Santo, aqui falou de traçarem os cenários do fecho do Instituto e de os substituir por qualquer outro hipotético interessado em vir utilizar aqueles edifícios que estão construídos em terrenos cedidos pela Câmara Municipal. Não é esse o caminho que estão a percorrer e portanto não pode contar nem neste caso do Instituto Piaget, nem noutros, com reuniões de grupo.-----

-----Relativamente à dissertação que fez sobre diferentes estratégias para o desenvolvimento do concelho e diferentes medidas e propostas e eventuais discussões para o que pensam fazer até final do mandato e alterações de rumo e de caminho, disse que não vai haver alterações de rumo neste mandato e esperam que nem nos seguintes, porque têm um projecto de desenvolvimento que não é de joelho, porque esse tempo já passou. Hoje têm projecto consolidado na área industrial, na área do turismo, na área do desenvolvimento urbano, com estratégias, metas e objectivos. Com equipamentos que trazem as pessoas ao concelho e instrumentos geradores de emprego.-----

-----Se o Sr. Deputado tem alternativas pode apresentá-las, o Partido Socialista apresentou um projecto a este concelho diferente do PSD e não foi aceite. Estão receptivos para ouvir e este Órgão é precisamente para isso mesmo e não para virem reivindicar governar.-----

-----PONTO 2.2 – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, AO AGRUPAMENTO 602 DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS DE MACEDO DE CAVALEIROS-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2010.09.06, que se transcreve: “ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, AO AGRUPAMENTO 602 DE MACEDO DE CAVALEIROS DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS-----

-----Sobre o assunto presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: “*As medalhas municipais, nas suas diferentes modalidades, destinam-se a galardoar serviços notáveis prestados ao Concelho de Macedo de Cavaleiros*”, conforme refere o artigo 14.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros. Dado que o Agrupamento 602 de Macedo de Cavaleiros do Corpo Nacional de Escutas tem contribuído para a projecção do Município de Macedo de Cavaleiros e para a formação de muitos jovens a Câmara Municipal delibera atribuir a Medalha Municipal de Mérito, grau ouro, nos termos do artigo 2.º do regulamento citado. Conforme o artigo 20.º, capítulo V, do referido Regulamento, “a Medalha Municipal de Mérito destina-se a distinguir as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos actos advenham assinaláveis benefícios para o Concelho de Macedo de Cavaleiros, melhoria nas condições de vida da sua população, desenvolvimento ou difusão da sua arte, divulgação ou aprofundamento da sua história, ou outros de notável importância que justifiquem este reconhecimento”. O Agrupamento 602 de Macedo de Cavaleiros do Corpo Nacional de Escutas cumprem, no próximo dia 30 de Junho, 30 anos de existência oficial, embora estejam presentes em Macedo de Cavaleiros desde Fevereiro de 1967. Desde 1967 passaram pelo Agrupamento, cerca de 4.300 jovens, a quem tem sido inculcado o espírito e os valores do Movimento Escutista. O Agrupamento tem estado presente, com os seus jovens, em acampamentos regionais, nacionais e em dois internacionais, Espanha e Inglaterra” .-----

-----DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Câmara Municipal, por unanimidade dos seis membros eleitos presentes, deliberou atribuir a Medalha Municipal de Mérito, grau ouro, ao Agrupamento 602 do Corpo Nacional de Escutas de Macedo de Cavaleiros.-----

-----Mais foi deliberado para efeitos do art.º 2.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros, remeter o assunto à Assembleia Municipal para emissão de parecer.”-----

-----**Abertas as inscrições, usou da palavra:**-----

-----**JOÃO LOURENÇO CORREIA (PS)** – Fez a intervenção, que a seguir se transcreve: “ O agrupamento 602 - S. Pedro celebra 30 anos de filiação oficial no Corpo Nacional de Escutas, mas este já existe desde 1967, quando um jovem Padre, veio para a paróquia de S. Pedro auxiliar o Cônego Morais, já com uma certa idade, e convenceu uma dúzia de jovens, uns mais velhos de que outros a fazer experiência da vivência do Movimento Escutista. Desde então a semente cresceu, e a 30 de Julho de 1980, através de Ordem de Serviço Nacional, foi criado o Agrupamento 602 – S. Pedro, sendo nessa data constituído por 71 crianças e jovens e



5 dirigentes. Hoje, 30 anos volvidos, o Agrupamento continua a demonstrar vitalidade, possuindo nas suas fileiras cerca de 100 crianças e jovens e 20 dirigentes. Mas chegar aqui não foi fácil! Para se conseguir manter vivo e dinâmico, foi necessário o esforço e dedicação de muitos, em especial dos Dirigentes, Homens e Mulheres voluntários, que sem esperar outra recompensa que não a de ver a alegria do rosto de uma criança. Estes dirigentes que, por amor aos jovens, deram o melhor de si em prol dos seus escuteiros, sacrificando por vezes a sua vida familiar, mas sempre com o firme propósito de, no cumprimento da sua promessa escutista, dar-se pelos outros, inculcando-lhes valores, que os há-de acompanhar ao longo da sua vida. O escutismo, não é uma ocupação de tempos livres, é uma escola de vida, que transmite àqueles que livremente aderem, valores de solidariedade, responsabilidade, de liberdade, o espírito de entreatajuda, o saber trabalhar em equipa, o saber fazer. A atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau ouro da Cidade de Macedo de Cavaleiros, é o reconhecimento da sociedade e do poder político, de que o Agrupamento 602, tem desempenhado o seu papel de dinamização e formação das suas crianças e jovens, que no cumprimento da recomendação do fundador, Baden-Powell, procuram deixar o mundo um pouco melhor do que o encontraram. Esta distinção honorífica enche de orgulho todos os que já foram um dia escuteiros no Agrupamento 602, pois é também deles o mérito agora reconhecido, mas também induz responsabilidade e estímulo para que o trabalho que é desenvolvido, continue a ser útil à cidade e às crianças e jovens macedenses. Mas os tempos mudaram, e as expectativas dos nossos jovens já não são as mesmas de há anos atrás. Hoje os jovens são mais exigentes, vivem mais depressa, de forma mais sedentária e têm uma oferta de actividades muito maior. O movimento escutista e o Agrupamento 602 têm vindo a adaptar-se a esta realidade, alterando as metodologias de modo a que mantendo o espírito do nosso fundador, Baden-Powell, possamos dar as respostas aos anseios dos jovens, pois a adesão ao movimento deve ser individual e livre. O Agrupamento 602 procura proporcionar aos seus Escuteiros experiências únicas, onde podem vivenciar o espírito escutista, participando em grandes actividades quer nacionais quer mesmo internacionais. Ao nível nacional, participou em todos os acampamentos nacionais que se realizaram desde 1987, bem como em todos os Acampamentos Regionais e Inter-Regionais. Ao nível internacional, para além das actividades realizadas em Londres, nos Alpes e Pirinéus, participou no último Jamboree Mundial, onde teve um papel de destaque no contingente Português, pois num evento onde estiveram presentes mais de 100 mil escuteiros, o Agrupamento levou a cultura Macedense fazendo animações como Pauliteiros e como Caretos de Podence, tendo estas sido unanimemente elogiadas. Mas a vida do Agrupamento 602 também se faz de pequenos grandes gestos, onde solidariamente os seus escuteiros dão o seu tempo, para realizarem pedidos para os que mais precisam. São disso exemplo as participações no Natal dos pobres e Páscoa dos pobres, bem como a colaboração com a CERCIMAC na acção do Pirlampo Mágico. A acção escutista desenvolvida pelo Agrupamento 602 também é um foco de promoção do nosso concelho, pois em cada grande actividade em que participa leva o nome da cidade e a sua cultura ao conhecimento de muitos. Mas também daí resultam contactos,

que posteriormente se concretizam em visitas ao nosso Agrupamento e cidade para a realização de actividades, onde estes irmãos escutas levam a magia do ser transmuntano e as maravilhas naturais que nos rodeiam, e ficam sempre com a vontade de um dia regressar.-----

-----A Atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro da Cidade de Macedo de Cavaleiros ao Agrupamento 602 é o reconhecimento público, da importância que este movimento tem na vida da cidade, sendo certo que esta será apenas o início de uma nova caminhada educativa, em prol das crianças e jovens da cidade de Macedo de Cavaleiros.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por unanimidade, dos 74 membros eleitos presentes, deliberou dar parecer favorável à atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao Agrupamento 602 do Corpo Nacional de Escutas de Macedo de Cavaleiros.**-----

-----**PONTO 2.3 – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE TRÁS-OS-MONTES (CIM-TM) – APROVAÇÃO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal objecto de sua deliberação de 2010.08.26, que se transcreve: “ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CIM-TM-----

-----Sobre o assunto presente a informação do Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: “*Por deliberação tomada por unanimidade na reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM) de 17 de Março do corrente, foi aprovada a alteração do ponto 1 do artigo 3.º dos estatutos da CIM-TM. Torna-se agora necessário a aprovação desta alteração estatutária por parte dos municípios que a integram. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal: Delibere aprovar a alteração ao n.º 1 do artigo 3.º (Sede e Delegações) dos Estatutos da CIM-TM, publicados no Diário da República, 2.ª Série – n.º 58, de 24 de Março de 2009, passando a ter a seguinte redacção: “ARTIGO 3.º (...) 1. A Comunidade Intermunicipal terá a sua sede no município de Bragança, na Rua Abílio Beça, n.º 75/77, 5300-001 Bragança. A presidência será exercida de forma anual e rotativa, por ordem alfabética dos municípios integrantes. Submeta a deliberação à aprovação da Assembleia Municipal”.*-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade dos cinco membros eleitos presentes, deliberou aprovar a alteração ao n.º 1 do artigo 3.º dos Estatutos da CIM-TM, publicados no Diário da República, 2.ª Série n.º 58, de 24 de Março de 2009.**-----

-----Mais foi deliberado submeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria, com 72 votos a favor e duas abstenções, dos Deputados Municipais, Srs. Rogério Martins e Idália Mateus, deliberou aprovar a alteração ao n.º 1 do artigo 3.º dos Estatutos da CIM-TM, publicados no Diário da República, 2.ª Série n.º 58, de 24 de Março de 2009.**-----

-----**PONTO 2.4 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS AO “ PACTO DE AUTARCAS” – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA m), N.º 2 ART.º 53.º DA LEI**



N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2010.09.06, que se transcreve: "Sobre o assunto presente a informação do Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: "O "PACTO DE AUTARCAS" é uma iniciativa da Comissão Europeia através de um pacote de acções para Energias Renováveis, e estabelece determinados compromissos às autarquias aderentes: a) **superar os objectivos** definidos pela UE para 2020 reduzindo as emissões nos nossos territórios respectivos em, pelo menos, 20% mercê da aplicação de um plano de acção em matéria de energia sustentável nas áreas de actividades que relevam das nossas competências. O compromisso e o plano de acção serão ratificados de acordo com os respectivos procedimentos; b) **elaborar um inventário** de referência das emissões como base para o plano de acção em matéria sustentável; c) **apresentar o plano de acção** em matéria de energia sustentável no prazo de um ano a contar da data da assinatura por cada um de nós do presente pacto; d) **adaptar as estruturas municipais**, incluindo a atribuição de recursos humanos suficientes, a fim de levar a cabo as acções necessárias; e) **mobilizar a sociedade civil** nas nossas áreas geográficas para participar no desenvolvimento do plano de acção, delineando as políticas e medidas necessárias para aplicar e realizar os objectivos do plano. O plano de acção será elaborado em cada território e em seguida apresentado ao secretariado do Pacto no ano seguinte à sua assinatura; f) **apresentar um relatório de aplicação**, pelo menos, de dois em dois anos após a apresentação do plano de acção para fins de avaliação, acompanhamento e verificação; g) **partilhar a nossa experiência** e o nosso saber-fazer com outras entidades territoriais; h) **organizar dias de Energia** ou Dias do Pacto Municipal em cooperação com a Comissão Europeia e outras partes interessadas, permitindo aos cidadãos beneficiar directamente das oportunidades e vantagens oferecidas por uma utilização mais inteligente da energia e informar periodicamente os meios de comunicação social locais sobre a evolução do plano de acção; i) **participar e contribuir para Conferência anual de Autarcas** da UE para uma Europa da Energia Sustentável; j) divulgar a mensagem do Pacto nos fóruns apropriados e, em particular, encorajar outros autarcas a aderir ao Pacto; Várias têm sido as Autarquias Portuguesas que aderiram ao "Pacto de Autarcas", são já nove as Autarquias aderentes (Almada, Aveiro, Cascais, Ferreira do Alentejo, Guarda, Lisboa, Moura, Porto, Vila Nova de Gaia). Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere a adesão do Município de Macedo de Cavaleiros ao "Pacto de Autarcas" e submeta a mesma, a aprovação da Assembleia Municipal".-----

-----DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou autorizar a adesão do Município de Macedo de Cavaleiros ao "Pacto de Autarcas" e submeter a mesma, a aprovação da Assembleia Municipal."-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra:**-----

-----DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por unanimidade, dos 74 membros eleitos presentes, deliberou, nos termos da alínea m), n.º 2 art.º 53.º da

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a adesão do Município de Macedo de Cavaleiros ao “Pacto de Autarcas”.-----

-----PONTO 2.5 – PROPOSTA DE ADESÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AGÊNCIA DE ENERGIA DE TRÁS-OS-MONTES / APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA m), N.º 2 ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal objecto de sua deliberação de 2010.06.28, que se transcreve: “**PROPOSTA DE ADESÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AGÊNCIA DE ENERGIA DE TRÁS-OS-MONTES-----**

-----Sobre o assunto presente a proposta do Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: *“Na sequência da consensualização formalizadas por todos os Municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM) em torno da Agência de Energia de Trás-os-Montes e correspondentes estatutos, torna-se necessário a aprovação da adesão à Agência de Energia de Trás-os-Montes (AE-TM), bem como a aprovação dos Estatutos da mesma, por parte dos municípios que integram a CIM-TM, por forma poder ser instituída a referida Agência. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal: Delibere a adesão do Município de Macedo de Cavaleiros à Agência de Energia de Trás-os-Montes (AE-TM); Delibere a aprovação dos Estatutos da mesma, que aqui se dão como integralmente transcritos ficando cópia dos mesmos devidamente rubricados pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião; Submeta ambas à aprovação da Assembleia Municipal.”*-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal por unanimidade dos seis membros eleitos presentes, deliberou aprovar a Proposta de Adesão do Município de Macedo de Cavaleiros à Agência de Energia de Trás-os-Montes (AE-TM); deliberou a aprovação dos Estatutos da mesma; submeter ambas à aprovação da Assembleia Municipal.”-----

-----**Abertas as inscrições, pretendeu usar da palavra.**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a seguinte intervenção: “Por considerar que existindo no IPB e na UTAD conhecimentos e saber instalado e reconhecido nesta área, não faz qualquer sentido criar uma outra instituição a não ser que se queira destruir o Ensino Superior Público. Por esta razão, a CDU vota contra.”-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria, com **72 votos a favor, 1 voto contra da Deputada Municipal Idália Mateus e 1 abstenção do Deputado Municipal, Sr. Rogério Martins, deliberou autorizar a Câmara Municipal a aderir à Agência de Energia de Trás-os-Montes, aprovando os respectivos Estatutos.**-----

-----PONTO 2.6 – BIBLIOTECA MUNICIPAL – CONTRATO PROGRAMA – OFÍCIO DA DIRECÇÃO-GERAL DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS - AUTORIZAÇÃO-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2010.06.28, que se transcreve: “Sobre o assunto presente a informação n.º 26, de 2010.06.24, do Departamento de Obras e Urbanismo, que se transcreve: *“A Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) através de*



seu ofício n.º 1909 de 2010.06.07 em anexo e que se dá aqui por integralmente transcrito, refere que o projecto de execução da futura Biblioteca Municipal de Macedo de Cavaleiros foi aprovado em 2007.08.08, que não foi proposta, até à data, a celebração do contrato programa que viabiliza a consignação das verbas e que, para que possa dar seguimento ao processo, solicita a documentação que aí se descreve. Faço notar que as transferências correspondentes à comparticipação prevista num total de 597 217,00€ (50% do custo elegível) terão a seguinte programação (n.º 2 da cláusula 12.ª do contrato programa anexo): 24.563,00€ para 2010; 89.583,00€ para 2011; 89.583,00€ para 2012; 119.443,00€ para 2013; 119.443,00€ para 2014 e 154.602,00€ para 2015. Proponho que seja aprovada a minuta de contrato que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando cópia do mesmo devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião e seja solicitado à Assembleia Municipal autorização para assinatura do mesmo.”-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Devidamente apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade dos seis membros eleitos presentes, deliberou aprovar a minuta de contrato programa a celebrar com a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, e submetê-lo à Assembleia Municipal para autorização da sua assinatura.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** **Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por unanimidade, deliberou autorizar a celebração de contrato programa entre a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, para construção da Biblioteca Municipal.**-----

-----**PONTO 2.7 – TRANSFERÊNCIA DOS IMPOSTOS DO ESTADO – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, CONFORME PREVISTO NOS N.ºS. 1 E 2 DO ART.º 20.º DA LEI 2/2007, DE 15 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2010.09.06, que se transcreve: “TRANSFERÊNCIA DOS IMPOSTOS DO ESTADO/PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS-----

-----Sobre o assunto presente a informação n.º 24, de 2010.08.27, da Divisão Financeira, que se transcreve: “O n.º 1 do art.º 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), determina que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal (considera-se o do sujeito identificado em primeiro lugar) na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a colecta líquida. O n.º 2 do art.º 20.º da citada Lei estipula que a taxa de participação referida anteriormente depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela Câmara Municipal à Direcção Geral dos Impostos até 31 de Dezembro. Nos anos anteriores a participação pretendida fixou-se em 5%, o que resultou nos seguintes valores apurados e transferidos: 2007: 256.508,00€; 2008: 301.736,00€; 2009: 309.555,00€; 2010: 297.544,00€. Assim, e de acordo com o disposto no n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e conjugada com o n.º 2 do art.º

20.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, propor à Assembleia Municipal, qual a percentagem de IRS pretendida nos termos fixados no art.º 20.º da Lei das Finanças Locais”.

Sobre o assunto Sr. Director do Departamento de Administração Geral, deu o parecer: “Nos termos referidos nesta informação, deve a Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal para aprovação da percentagem da taxa de participação no IRS calculada sobre a colecta líquida relativa aos rendimentos do ano anterior”.

DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto, a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou propor à Assembleia Municipal, que seja fixada a percentagem de 5% de participação no IRS conforme previsto nos n.ºs. 1 e 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).”

Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.

DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por unanimidade, deliberou conforme proposta da Câmara Municipal, fixar em 5% a participação variável no IRS a que tem direito o Município, referente aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial de Macedo de Cavaleiros, a aplicar aos rendimentos do ano de 2010.

PONTO 2.8 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – TAXAS A APLICAR NO ANO DE 2011 NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA f), N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 2010.09.06, que se transcreve: “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – TAXAS A APLICAR NO ANO DE 2011 NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS

Sobre o assunto presente a informação n.º 25, de 2010.08.27, da Divisão Financeira, que se transcreve: “As taxas de IMI previstas no n.º 1 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de Dezembro, são as seguintes: Taxa de 0,8% para os prédios rústicos (alínea a) do n.º 1 do art.º 112.º); Taxa de 0,4% a 0,7% para os prédios urbanos (alínea b) do n.º 1 do art.º 112.º); Taxa de 0,2% a 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI (alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º). Os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, podendo esta ser fixada por freguesia, de acordo com o n.º 5 do artigo 112.º do citado diploma. As taxas em vigor no ano em curso, aprovadas pela Assembleia Municipal, são de 0,6% para os prédios urbanos e de 0,35% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. A receita proveniente deste imposto representa cerca de 10% da Receita Corrente do Município, e contribui na mesma percentagem para a fixação dos limites de endividamento, previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais). De acordo com o disposto na alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º e na alínea a), do n.º 6, do



art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, dentro dos intervalos estabelecidos, propor à Assembleia Municipal, quais as taxas a aplicar nos termos fixados no CIMI, art.º 11.º. Mais se informa que a deliberação da Assembleia Municipal deve ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até 30 de Novembro de modo a vigorarem no ano seguinte”.

-----Sobre o assunto o Sr. Director do Departamento da Administração Geral proferiu o seguinte despacho, que se transcreve: “*Dado, o actual quadro económico e financeiro e o significado, desta receita, é de todo conveniente que seja mantida a percentagem das taxas do ano anterior*”.

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou propor à Assembleia Municipal, a aprovação da Taxa de 0,6% para os prédios urbanos prevista na alínea b) do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI e a Taxa de 0,35% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI a aplicar no ano de 2011.

-----Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para o efeito consignado na alínea f), n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**

-----**ROGÉRIO PAULO ESTEVES MARTINS (B.E.)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ *O crescimento incontido das áreas urbanas, o correspondente despovoamento dos centros urbanos e as políticas desastrosas de habitação dos últimos anos, motivam que nas nossas cidades exista hoje um número crescente de imóveis degradados e devolutos. Tal sucede também em Macedo de Cavaleiros. Trata-se de uma situação que, além de degradar o ambiente urbano, distorce profundamente o mercado de habitação, penalizando as condições de habitação de muitas famílias. Além disso, é também uma situação que potencia alguns riscos, como o de incêndio, do ponto de vista da protecção civil. O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) faculta aos municípios um conjunto de instrumentos que permitem desincentivar estas situações, penalizando-as fiscalmente. A sua utilização carece, porém, de um processo prévio de identificação dos prédios degradados e devolutos há mais de um ano, existentes na área do município.* -----

-----*Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros reunida em sessão ordinária em 28/09/2010, decide: Recomendar à Câmara que proceda, com urgência, à identificação dos prédios urbanos degradados e devolutos há mais de um ano, existentes na área do município; Recomendar à Câmara que disponibilize tal listagem à Assembleia Municipal.*-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Disse que a CDU considera as percentagens muito exageradas. Assim, gostaria de solicitar se eventualmente não havia hipótese de aplicar as taxas mínimas, como faz por exemplo a Câmara Municipal de Mirandela, ou seja para prédios urbanos não avaliados aplicar a taxa de 0,4% e para os prédios urbanos avaliados 0,2%.

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria, com 71 votos a favor, 1 voto contra da Deputada Municipal, Idália Mateus e 2 abstenções dos Deputados, Srs. Gumesindo Gomes e Vítor Hugo Matos, deliberou de acordo com a proposta da Câmara Municipal aprovar a Taxa de 0,6% para os prédios urbanos e a Taxa de 0,35% para os prédios urbanos avaliados nos termos das alíneas b) e c), respectivamente, do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a aplicar no ano de 2011.-----

-----**PONTO 2.9 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO – FINANCIAMENTO DOS PROJECTOS CO-FINANCIADOS FEDER – CIM-TM / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA d), N.º 2 ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 2010.09.06, que se transcreve: “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO – FINANCIAMENTO DE PROJECTOS CO-FINANCIADOS FEDER-CIM-TM-----

-----Sobre o assunto presente a Acta de abertura e análise das propostas, para Contratação de Empréstimo a Longo Prazo até ao montante de 401.567,63€, que se transcreve: “Na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2010.08.26, constante na informação n.º 23/2010 da Divisão Financeira, foram enviados ofícios convite a todas as Instituições Bancárias, com dependências na área do Município de Macedo de Cavaleiros, para que apresentassem propostas, com vista à contratação do empréstimo supramencionado.-----

-----Responderam ao convite, e pela respectiva ordem de entrada as seguintes Instituições: Banco Espírito Santo, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e o Santander Totta, não obstante o Santander Totta entregou a proposta fora de prazo pelo que não foi considerada. Não responderam o Banco BPI SA, Millennium BCP, BPN- Banco Português de Negócios, Montepio Geral, Finibanco e o Barclays Bank. Para melhor análise das propostas apresentadas foi elaborado o seguinte quadro comparativo.-----

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	INDEXANTE	TAXA DE JUROS	PAGAMENTO DE JUROS	COMISSÕES DE ENCARGOS	OBSERVAÇÕES
BANCO ESPÍRITO SANTO	Euribor a 3 meses	Indexante + Spread 4,5%	Postecipado e trimestral	Isento	
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	Euribor a 3 meses	Indexante + Spread 3,44%	Postecipado e trimestral	Isento	
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	Euribor a 3 meses	Indexante + Spread 2,65%	Postecipado e trimestral	Isento	



SANTANDER TOTTA					Proposta não admitida (entrega fora de prazo)
BANCO BPI, SA					Não respondeu
MILLENIUM BCP					Não respondeu
BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS					Não respondeu
MONTEPIO GERAL					Não respondeu
FINIBANCO					Não respondeu
BARCLAYS BANK					Não respondeu

-----Da análise efectuada, verifica-se que a proposta mais vantajosa, é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, tendo em conta o “spread” proposto.-----

-----Face ao exposto, propõe-se a adjudicação da contratação do empréstimo de Longo Prazo no montante de 401.567,63€, na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, vencendo juros a uma taxa indexada à “Euribor” a 3 meses, acrescida de um “spread” de 2,65%, com os juros a serem pagos postecipada e trimestralmente”.-----

-----DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto, a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou adjudicar a contratação do empréstimo a longo prazo até ao montante de 401.567,63€, à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições apresentadas na sua proposta.-----

-----Mais foi deliberado e de acordo com o n.º 6 do art.º 38.º da Lei n.º 2/2007 (Lei das Finanças Locais), remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de autorização.”-----

-----Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.-----

-----DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria, com 56 votos a favor, 1 voto contra da Deputada Municipal Idália Mateus e 17 abstenções, dos Deputados Municipais Srs: Pedro Mascarenhas, Maria José Lima, Francisco Rosa, Camilo Morais, Manuel Mico, Luís Batista, Acácio Espírito Santo, José Vermelho, Vítor Hugo Matos, Jorge Asseiro, Paula Moreira, Luís Vaz, Celina Martins, Joaquim Seabra, João Correia, Manuel Carvalho e Rogério Martins, deliberou autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo a longo prazo no montante de 401.567,63€, na Caixa de Crédito Agrícola, nas condições apresentadas na sua proposta.-----

-----PONTO 2.10 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO – “REQUALIFICAÇÃO URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS” / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA d), N.º 2 ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 2010.09.06, que se transcreve:

“CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO – “REQUALIFICAÇÃO URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS”-----

-----Sobre o assunto presente a Acta de abertura e análise das propostas, para Contratação de Empréstimo a Longo Prazo até ao montante de 483.646,50€, que se transcreve: “Na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2010.08.26, constante na informação n.º 23/2010 da Divisão Financeira, foram enviados ofícios convite a todas as Instituições Bancárias, com dependências na área do Município de Macedo de Cavaleiros, para que apresentassem propostas, com vista à contratação do empréstimo supramencionado. Responderam ao convite, e pela respectiva ordem de entrada as seguintes Instituições: Banco Espírito Santo, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e o Santander Totta, não obstante o Santander Totta entregou a proposta fora de prazo pelo que não foi considerada. Não responderam o Banco BPI SA, Millennium BCP, BPN- Banco Português de Negócios, Montepio Geral, Finibanco e o Barclays Bank. Para melhor análise das propostas apresentadas foi elaborado o seguinte quadro comparativo.-----

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	INDEXANTE	TAXA DE JUROS	PAGAMENTO DE JUROS	COMISSÕES DE ENCARGOS	OBSERVAÇÕES
BANCO ESPÍRITO SANTO	Euribor a 3 meses	Indexante + Spread 4,5%	Postecipado e trimestral	Isento	
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	Euribor a 3 meses	Indexante + Spread 3,44%	Postecipado e trimestral	Isento	
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	Euribor a 3 meses	Indexante + Spread 2,65%	Postecipado e trimestral	Isento	
SANTANDER TOTTA					Proposta não admitida (entrega fora de prazo)
BANCO BPI, SA					Não respondeu
MILLENIUM BCP					Não respondeu
BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS					Não respondeu
MONTEPIO GERAL					Não respondeu
FINIBANCO					Não respondeu
BARCLAYS BANK					Não respondeu



-----Da análise efectuada, verifica-se que a proposta mais vantajosa, é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, tendo em conta o “spread” proposto.-----

-----Face ao exposto, propõe-se a adjudicação da contratação do empréstimo de Longo Prazo no montante de 483.646,50€, na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, vencendo juros a uma taxa indexada à “Euribor” a 3 meses, acrescida de um “spread” de 2,65%, com os juros a serem pagos postecipada e trimestralmente”.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou adjudicar a contratação do empréstimo a longo prazo até ao montante de 483.646,50€, à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições apresentadas na sua proposta.-----

-----Mais foi deliberado e de acordo com o n.º 6 do art.º 38.º da Lei n.º 2/2007 (Lei das Finanças Locais), remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de autorização.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 56 votos a favor 2 votos contra dos Deputados Municipais, Srs. Acácio Espírito Santo e Idália Mateus e 16 abstenções dos Deputados Municipais Srs: Pedro Mascarenhas, Maria José Lima, Francisco Rosa, Camilo Morais, Manuel Mico, Luís Batista, José Vermelho, Vítor Hugo Matos, Jorge Asseiro, Paula Moreira, Luís Vaz, Celina Martins, Joaquim Seabra, João Correia, Manuel Carvalho e Rogério Martins, deliberou autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo a longo prazo no montante de 483.646,50€ à Caixa de Crédito Agrícola, nas condições apresentadas na sua proposta.-----

-----**Fizeram declaração de voto:**-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – “Seria um contra censo estar aqui a defender o que defendi desde sempre, que é o desenvolvimento da minha terra e quando há um empréstimo que é co-financiado pelo FEDER e que tem a ver com investimentos, eu votar contra. Acho que toda a componente que se tem estado aqui a falar, de Macedo em estado depressivo, se não for com investimentos públicos não é possível libertar-se da depressão económica, daí a razão de eu ter votado a favor”.-----

-----**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – “A minha declaração de voto é referente à abstenção do Partido Socialista nos pontos 2.9 e 2.10, que justificamos com a coerência da abstenção na votação das Opções do Plano e Orçamento”.-----

-----**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPÍRITO SANTO (PS)** – “Gostaria que o meu voto contra no ponto 2.10 fosse o símbolo da minha oposição à atitude e à falta de clarividência política do Sr. Presidente da Câmara e do actual Executivo”.-----

-----Finalmente foi posto à votação para aprovação em minuta, de todos os pontos constantes desta ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmº Sr. Presidente da Assembleia, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

-----Não houve público que quisesse usar da palavra. -----

-----Eram vinte e três horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.-----
